

Prova de Coragem

A sorte está lançada. Como o Congresso ficou paralisado pela CPI do Orçamento e não se mobilizou a tempo de examinar e votar o plano econômico apresentado pelo ministro Fernando Henrique Cardoso no dia 7 de dezembro, o governo baixou medida provisória para garantir em 1º de janeiro a vigência de mudanças tributárias necessárias ao ajuste fiscal e à derrubada da inflação no próximo ano.

O país não podia iniciar 94 sem a garantia de domínio sobre a inflação, o maior dos males brasileiros, que há 14 anos corrói a nação no patamar acima de três dígitos anuais. A inflação destruiu os valores monetários, políticos, administrativos, éticos e morais da sociedade.

Pela primeira vez, um governo se apresenta com uma proposta séria, sem mágicas ou truques, para eliminar o déficit orçamentário e atacar na fonte a inflação. O governo se dispõe a dar o exemplo, cortando em sua própria casa 80% do déficit de US\$ 22 bilhões previsto para 1994 e convocando a sociedade a fazer 20% de sacrifícios sob a forma de aumento de impostos.

As compras de Natal confirmaram que a alta dos preços ultrapassou a faixa dos 40% e pode chegar a 50% se nada for feito com forte resolução. A escalada da inflação desgastou de tal maneira as instituições brasileiras que não cabe mais discutir o secundário e o ornamental. Nossos economistas fora do governo ainda teorizam a respeito de super, hiper ou megainflação. Assim como o risco de convulsão é iminente depois dos 40 graus, com inflação acima de 40% ao mês crescem os perigos de convulsão social.

O país precisa decidir com urgência o que pretende na revisão constitucional: uma nação que se uniu para derrubar a inflação e tornar-se economicamente estável, com reduzida presença do Estado na Economia e atuação mais eficaz no campo social? Ou uma

nação dominada pela inércia e a inflação, aferrada aos totens do nacionalismo estatal e arredia ao capital estrangeiro, na clássica postura do *Jeca Tatu*?

O Brasil não pode ser prisioneiro de um Congresso que nunca tomou atitude para debelar a inflação e nem apresenta alternativa para garantir o equilíbrio orçamentário. Deputados que se especializaram em assaltar o Orçamento tomam posição contra qualquer plano de saneamento econômico, sempre de olho nas urnas. Desta vez estão de olho comprido nas eleições gerais de 3 de outubro.

Os interesses mesquinhos do Congresso não podem se sobrepor ao interesse nacional. Todo mundo está cansado de saber que o Brasil precisa de medidas enérgicas para sanear as finanças públicas e reduzir o gigantismo do Estado, mas não se faz nada. O que querem afinal os congressistas que criticam o plano?

Querem manter a inflação e a viciada organização do Estado brasileiro, cujo pior exemplo é o da representação parlamentar, entregue pelo regime militar às oligarquias políticas do Nordeste, estabelecendo um verdadeiro fosso político em relação ao Sul e ao Sudeste que produzem e arrecadam impostos, mas contam pouco na hora de decidir no Congresso.

A grita contra a *arbitrariedade* da Medida Provisória sobre impostos não procede: depois de 1930 virou praxe governar por decreto-lei, que sobreviveu à redemocratização de 46, foi usado, com o beneplácito do Congresso, por todos os presidentes eleitos e virou lugar-comum nos governos militares. A Medida Provisória é decorrência da visão parlamentarista, que transferiu poderes do Executivo para o Congresso, antes que o plebiscito desse a palavra final presidencialista.

Já era tempo que o Congresso percebesse que o povo está farto da inflação, da corrupção e da conivência dos que nada fazem e decidisse arregaçar as mangas para consertar o país na revisão constitucional.